

ST13

MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS, INTELECTUALIDADES E EDUCAÇÃO



Coordenadoras:
Fernanda de Araújo Oliveira
Ayana Omi Amorim de Oliveira

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Entre maternidade, afetividade e saberes: a transmissão do conhecimento feminino negro no período colonial mineiro

Natália Vitória Reis dos Santos

Graduando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG)

nataliavitoria0912@gmail.com

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a realidade das mulheres negras no período colonial, por meio do estudo das afetividades e da maternidade, frequentemente associada apenas às mulheres brancas. Ao analisar figuras como Chica da Silva e outras mulheres negras, alforriadas ou escravizadas, busca-se compreender diferentes experiências de maternidade, reconhecendo essas mulheres como sujeitos históricos capazes de sentir, resistir e construir relações afetivas. Inseridas em uma sociedade marcada pela violência, pelo controle de seus corpos e pela negação de direitos, conseguiram, ainda assim, desenvolver estratégias de resistência por meio de saberes ancestrais, práticas cotidianas e formas próprias de organização social. Assim, este trabalho mesmo com foco no período colonial, parte de uma perspectiva interseccional para compreender como raça, gênero e classe não se manifestam como categorias separadas e mutuamente excludentes, contribuindo para ampliar as narrativas históricas sobre as mulheres negras e evidenciar trajetórias frequentemente silenciadas pela historiografia tradicional.

Palavras-chave: Maternidade negra, escravas e forras, Interseccionalidade

Introdução

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...] elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

Perrot, 2010, p. 212

O debate sobre a História das mulheres é relativamente recente, vinculado a uma renovação historiográfica promovida pela Escola dos Annales ou pela História das Mentalidades. Essa perspectiva ampliou o olhar sobre os processos históricos, incorporando interpretações interdisciplinares e colocando em evidência sujeitos antes silenciados pela historiografia tradicional. Nesse movimento, a partir da década de 1970, a temática das lutas, desafios e

experiências femininas passou a ganhar maior visibilidade, contrapondo-se à historiografia marcada pelo predomínio da influência masculina (DUBY, 2011).

No período Colonial, essa lógica não foi diferente. A historiografia tradicional, marcada pelo positivismo, privilegiou os grandes feitos econômicos e políticos, reforçando o modelo patriarcal e deixando em segundo plano as experiências das mulheres. Entre elas, as mulheres negras (escravizadas, libertas ou alforriadas) tiveram papéis centrais na vida social, cultural e econômica, mas permaneceram invisibilizadas nas grandes narrativas. Estigmatizadas como “imorais” ou “perigosas”, muitas foram associadas pelos relatos, ao universo da feitiçaria, à desordem, ao crime e ao sexo (VAINFANS, 2018).

Nesse sentido, a análise sobre essas mulheres é desenvolvida a partir de uma abordagem interseccional, compreendendo que, em cada sociedade e período, as relações de poder envolvendo raça, classe e gênero não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes (HILLS COLLINS, 2020). Mulheres indígenas, brancas e negras não compartilhavam as mesmas experiências; ainda que inseridas em um mesmo espaço colonial, suas vivências foram atravessadas de maneira desigual. Enquanto algumas conquistaram autoridade familiar ou religiosa, as mulheres negras, sobretudo escravizadas e libertas, estiveram mais diretamente expostas à violência, à marginalização e à suspeita social.

Essas mulheres precisavam e lutavam para resistir de uma maneira única. Elas eram constantemente estupradas, submetidas a longas jornadas de trabalho, ao impedimento da maternidade, dos afetos e da vivência plena da religiosidade. Nesse contexto de opressão e luta, mesmo ainda subalternizadas e restritas, negras e mulatas assumiram elementos do matriarcalismo

africano e de suas culturas ancestrais em diferentes colônias e países Latinos. Em resposta à urgência de mudança e ao controle violento de seus corpos, algumas decidiram comprometer seus órgãos sexuais por meio da aplicação de plantas nocivas (CABRERA, 2017, p. 121). A partir dos estudos de Marília Ariza (2018), também é possível identificar as tentativas dessas mulheres de criarem uma estrutura familiar que desafiasse as imposições coloniais, muitas vezes buscando assegurar a liberdade de seus filhos.

No Brasil colonial, além de lhes retirar o direito à maternidade, as mulheres negras escravizadas também precisavam lidar com a venda de seus companheiros e o impedimento do casamento, permitido apenas quando havia interesse ou lucro envolvido. No pós-abolição, essa

prática de restrição ao matrimônio ainda persistia (CUNHA, 2017), reafirmando a negação do afeto a esses corpos. Além disso, muitas mulheres de cor, constituíram relações com homens brancos, muitas vezes em busca de uma liberdade que lhes era negada. Essa prática, entretanto, estava inserida em relações marcadas por profundas desigualdades de poder, raça e gênero, não significando necessariamente uma ruptura com a exploração sexual e racial à qual estavam submetidas, uma vez que elas jamais alcançavam a posição de esposas (FURTADO, 2003) e continuavam excluídas do reconhecimento social e familiar reservado às mulheres brancas.

Nesse contexto, é importante evidenciar a resistência de mulheres negras, que mesmo diante de um ambiente que negava sua existência, construíram narrativas centradas na preservação da família e na afirmação de sua força frente a um universo marcado pela repressão à vida, à cultura e aos corpos. Por meio do trabalho, de saberes ancestrais, de práticas cotidianas de cuidado e tentativas de inserção social, essas mulheres encontraram estratégias de sobrevivência e formas de sustentar a própria comunidade.

A religiosidade, em especial, assumiu papel central nesse processo. As mulheres negras atuaram como juízes e rainhas nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (DELFINO, 2018), traçando reciprocidade entre as irmãs aliadas no catolicismo. Elas também mantinham práticas vinculadas a suas matrizes africanas, como cantos, danças, e procissões que ressignificavam símbolos religiosos europeus. Na esfera da cura, mulheres negras desempenharam funções essenciais como parteiras e curandeiras, preservando e transmitindo conhecimentos sobre ervas, banhos e rituais de proteção. Apesar disso, o medo das autoridades diante do poder dessas mulheres, tornavam elas inimigas da colônia (FEDERICI, 2018, p.402). Na culinária, mulheres negras também tiveram papel fundamental para manter os vínculos afetivos e identitários, construindo a cultura alimentar do país (FREYRE, 1933) que resistiu durante séculos ao apagamento.

Portanto, por meio de práticas silenciosas e cotidianas, desenvolveram poderosas estratégias de resistência e afirmação cultural, articulando religiosidade, cura, sociabilidade, culinária e estética. Saberes que foram transmitidos a seus filhos e que atravessaram gerações, chegando até o presente.

Objetivo

Investigar as práticas de sociabilidade, resistência feminina e transmissão de saberes desenvolvidas por mulheres negras no contexto colonial do século XVIII e XIX em Minas Gerais, bem como analisar a experiência dessas mulheres a partir da maternidade, frente a um corpo impossibilitado de construir afeto pela lógica patriarcal.

Assim buscou-se a análise dessas mulheres no seu lugar social e no contexto, apontando formas de resistências, principalmente os saberes relacionados à culinária, à cura, à estética e à religiosidade como forma de enfrentamento aos processos de assimilação e ressignificação de suas práticas. E, assim, compreender como a maternidade e os afetos tiveram lugar como estratégias da construção dos sentidos e vínculos familiares, mesmo sujeitadas às limitações impostas pelo sistema escravistas. E, tratando-se de mulheres negras e escravizadas, o próprio sistema construiu estratégias de silenciamentos, apontados nas ausências dos registros e fontes históricas que, apesar de contemplarem os registros paroquiais e notariais (batismo, casamento, inventários e testamentos, associativismo com irmandades, alforrias, requerimentos) ainda assim são escassos com relação a afetos, vivências invisibilizadas pela sociedade no tempo.

Metodologia

O presente trabalho adota uma abordagem historiográfica qualitativa e quantitativa, centrada nas práticas cotidianas de mulheres negras no período colonial brasileiro, com ênfase na transmissão de saberes através da maternidade, relacionados à culinária, à cura, à estética e à religiosidade, compreendidos como formas de resistência cultural e social. Nessa primeira parte, ainda exploratória, o foco está no levantamento bibliográfico e documental, mobilizando autores que discutem a escravidão, o cotidiano e as experiências femininas no Brasil colonial, como Rolando Vainfas, Luciano Figueiredo, Gilberto Freyre e Mary Del Priore. Também foram utilizadas fontes primárias, presentes no Arquivo Público de Minas Gerais, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), incluindo cartas de alforria, testamentos e requerimentos de compra, liberdade e proteção, documentos que possibilitam reconstruir aspectos do cotidiano e das estratégias de sobrevivência e resistência dessas mulheres.

Entre os documentos selecionados no Arquivo Público, dois pertencem ao fundo Secretaria da Capitania (SC), disponível em formato digitalizado. O primeiro integra um conjunto de atestados datados de 1773, na localidade de Macaúbas, e consiste em um requerimento de

Pedro Rodrigues de Aguiar referente à compra de uma mulher escravizada que lhe foi entregue sem a filha, ainda em gestação no momento da negociação. O segundo documento, datado de 1775 e produzido em Vila Rica, corresponde a um requerimento apresentado por Rita de Sousa Lobo, preta forra, no qual reivindica a liberdade de suas cinco filhas, que haviam nascido após a concessão de sua alforria. O terceiro documento foi localizado no fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), que reúne documentação produzida a partir de 1711. Trata-se de um testamento em que o autor declara seus bens e concede alforria a uma mulher de nome Teresa da nação Mina, por ser mãe de seus filhos. A partir desse conjunto documental, buscou-se compreender as experiências de mulheres negras escravizadas e libertas, atentando para as relações de gênero, raça e condição jurídica que atravessavam suas trajetórias.

Além deles, se destaca também, o Registro do testamento de Francisca da Silva de Oliveira (1732-1796), conhecida como Chica da Silva, constante no Livro de Registro de Testamentos nº 35, do Cartório da Provedoria da Cidade do Serro, solicitado por seu testamenteiro, José Agostinho. O documento foi produzido em 1770 na Comarca do Serro, e está presente no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), inserido no fundo TJMG e disponibilizado de forma totalmente digitalizada.

Por fim, o manuscrito retirado do Arquivo Ultramarino, refere-se a um dado qualitativo, realizado em forma de censo a partir de uma lista nominativa da Demarcação de Diamantina, antiga Arraial do Tejuco, realizada pelo Intendente Geral dos Diamantes, João da Rocha Damas e Mendonça, ao Secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, em 15 de fevereiro de 1775, com a relação de todos os habitantes. Trata-se de um documento avulso, pertencente ao Projeto Resgate.

A análise parte de uma perspectiva transdisciplinar, na qual o diálogo entre História e Sociologia articula contribuições da História Cultural, da História Social e da abordagem interseccional desenvolvida por Patrícia Hill Collins. Situada simultaneamente nos campos teórico e militante, Collins compreende a teoria social como uma articulação entre análise crítica e ação social voltada à explicação e ao enfrentamento das desigualdades. Nessa perspectiva, a ação social emerge da compreensão crítica das estruturas de dominação e das múltiplas formas de desigualdade que atravessam as experiências dos sujeitos. Assim, a leitura crítica e sensível das fontes é constantemente confrontada com os aportes da teoria social e da interseccionalidade, entendida, ao mesmo tempo, como teoria e método. A problematização das fontes parte do

reconhecimento de que os documentos foram produzidos em contextos marcados por lógicas masculinas e patriarcais, muitas vezes por homens, teólogos e letrados, registrando relatos de mulheres pertencentes a classes populares, em sua maioria analfabetas (BURKE, 2010). Apesar dessas limitações, tais fontes permanecem fundamentais para a investigação histórica, pois permitem a reconstrução, ainda que parcial, da experiência das mulheres negras. Nesse sentido, Burke destaca:

Os historiadores da cultura popular tentam reconstruir as suposições cotidianas comuns, tendo como base os registros do que foram acontecimentos extraordinários nas vidas dos acusados: interrogatórios e julgamentos. Tentam reconstruir o que as pessoas pensavam, baseando-se naquilo que os acusados, que podem não ter sido um grupo típico, tinham preparado para dizer na situação incomum (para não dizer terrificante) em que se encontravam. Por isso é necessário ler os documentos nas 34 entrelinhas. Não há nada de errado em tentar ler nas entrelinhas, particularmente quando a tentativa é realizada por historiadores com a sutileza de um Ginzburg ou de um Le Roy Ladurie. (BURKE, 1992, p. 25-26)

É de suma importância conduzir uma investigação pautada na busca por uma nova representação dos corpos das mulheres negras, do afeto a elas negado e de suas formas de resistência diante da exclusão do direito à maternidade e à transmissão de saberes. Nesse contexto, a pedagogia adotada por essas mulheres se distingue tanto do modelo eclesástico quanto das práticas contemporâneas, sendo o conhecimento transmitido fruto da ancestralidade e da experiência coletiva do dia a dia em sociedade. Vale ressaltar que a percepção dessas práticas por grupos distintos estava frequentemente marcada pelo ódio, pelo medo e pela repulsa. Contudo, o foco deste trabalho não recai sobre essas interpretações externas, mas sim sobre o que as próprias mulheres buscavam transmitir.

Resultados

Com a análise dos manuscritos mencionados, adquiridos por meio do Arquivo Público de Minas Gerais, foi possível compreender ainda mais sobre como a sociedade se estruturava naquele período, principalmente em relação a essas mulheres. O primeiro a ser observado refere-se a Pedro Rodrigues de Aguiar, um homem que reivindicava em 05 de março de 1773 a posse da filha de uma mulher escravizada que atendia pelo nome de Anna, adquirida ainda quando o bebê se encontrava em seu ventre. Ao reivindicar essa criança, ele não o faz em

benefício da mãe, que foi separada da filha após o nascimento, mas sim orientado por interesses próprios, vinculados à lógica de lucro.

Essa realidade é evidenciada por Luciano Figueiredo ao discutir a relação entre a reprodução das mulheres escravizadas e os interesses econômicos de seus senhores. Segundo o autor, uma escravizada que já possuía três filhos de pais desconhecidos era incentivada por seu senhor a manter relações com homens negros e não com brancos, para que nascessem crioulos (FIGUEIREDO, 1993, p. 107). O trecho demonstra como a maternidade dessas mulheres era frequentemente subordinada à lógica de lucro e reprodução da mão de obra escravizada.

Além disso, a leitura do documento permite perceber que a criança era identificada pelos nomes Cabras e Mullata, o que sugere a ausência de cuidado em relação à sua identidade, sendo ela reconhecida principalmente por classificações associadas à cor e à condição social. Tal aspecto demonstra o processo de desumanização ao qual crianças escravizadas estavam submetidas, sendo frequentemente tratadas como propriedade e não como sujeitos dotados de individualidade. Dessa forma, evidencia-se como os vínculos maternos eram desconsiderados, sendo sobrepostos por relações de propriedade e exploração.

Nesse contexto, torna-se importante direcionar a investigação para uma questão ainda mais profunda, como a perda da identidade imposta às populações negras desde o início da colonização e a sua perpetuação ao longo dos séculos. A partir da maternidade, entretanto, é possível refletir sobre processos de ressignificação dessas identidades, uma vez que muitas mulheres negras atuaram como agentes fundamentais na transmissão de saberes, valores, memórias e práticas culturais para seus filhos, contribuindo para a preservação de vínculos ancestrais e para a construção de novas formas de pertencimento. Ao mesmo tempo, a maternidade também podia representar uma estratégia de inserção e negociação social dentro de uma sociedade marcada pelo patriarcado e pela supremacia dos valores brancos, possibilitando a algumas dessas mulheres e a seus descendentes o acesso a melhores condições de vida e reconhecimento social.

Nesse sentido, as relações de concubinato podem ser interpretadas como uma das estratégias utilizadas por mulheres negras para garantir proteção, estabilidade e oportunidades para suas famílias. Ao analisar casos como o de Teresa Mina entre os anos de 1768 e 1784, em Mariana, e o de Chica da Silva, no Arraial do Tejuco, a partir de seu testamento de 1770, percebe-se que essas relações, embora marcadas por desigualdades e limitações impostas pela

sociedade escravista, frequentemente possibilitavam melhores condições de vida para suas famílias. Em ambos os casos, destaca-se o fato de que seus filhos nasceram ou se tornaram livres, evidenciando como essas mulheres buscavam garantir maior proteção e oportunidades para seus descendentes dentro das possibilidades existentes naquele contexto.

Além disso, o testamento de Chica da Silva, presente no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), revela aspectos importantes de sua posição social e econômica. O documento demonstra que ela não era apenas dependente de João Fernandes, mas possuía certa autonomia, evidenciada pelo fato de a casa em que vivia ser de sua propriedade, registrada oficialmente em 1774 (FURTADO, 2003). Tal informação indica que, mesmo sendo uma ex-escravizada, conseguiu acumular bens e exercer algum controle sobre sua própria vida. Assim como ela, muitas mulheres negras livres ou forras chefiavam suas casas no Tejuco. O censo de 15 de fevereiro de 1775, com a relação de todos os habitantes da Demarcação Diamantina, antiga Arraial do Tejuco, no estado de Minas Gerais, mostra isso: de 510 residências, 236 eram lideradas por mulheres, e cerca de 80% delas eram mulheres de cor. O fato de chefiar a família evidencia o domínio dessas mulheres no processo de educação e formação dos filhos, já que são elas que transmitem valores, garantem o cuidado cotidiano e estruturam a vida familiar. Esse aspecto contribui para compreender as possibilidades de atuação de algumas mulheres negras no período colonial, evidenciando trajetórias que ultrapassavam a condição de subordinação frequentemente associada a elas.

Retornando ao testamento, trechos revelam a uma mãe preocupada em ser justa na divisão dos bens entre seus filhos, assim como também uma filha que temia a segurança de sua mãe. O primeiro trecho, Chica fala sobre a quantidade de filhos que possui e como espera que tudo seja dividido:

Declaro que nunca fui casada e que tenho quatorze filhos naturais, a saber cinco machos e nove fêmeas que iam por nome Simão, filho do Doutor Manoel Pires Sardinha, João, José, Joaquim, Antônio, Francisca, Rita, Anna, Elena, Luzia, Maria, Quitéria, Marianna, Antônia, todos filhos do Desembargador João Fernandes de Oliveira; nomeio e instituo e é de minha vontade nomear e instituir conforme devo de Justiça por universais herdeiros de todos os meus bens. (Trecho do testamento, de Chica da Silva, 1970, TJMG).

Além desse trecho, merece destaque a menção de Chica da Silva à sua mãe, Maria da Costa, quando manifesta a preocupação de assegurar-lhe amparo e sustento após sua morte, revelando aspectos significativos de suas relações familiares e afetivas:

Declaro que a dita minha Mãe, Maria da Costa, por estar muito pobre, tenho a assistido até o presente, e é minha intenção [a] assistir para o futuro com tudo o que lhe for preciso para o seu sustento e vestuário, e assim, no caso dela sobreviver ao tempo do meu falecimento, é minha vontade que os meus testamenteiros da minha terça lhe deem, por uma vez somente, trezentas oitavas de ouro, cuja quantia não bastando e continuando-lhe Deus a vida por mais anos, recomendo a todos os meus filhos e filhas, pela minha bênção e pela de Jesus Cristo, lhe continuem a mesma assistência, como eu o faria do necessário para a sua sustentação e que, assim mais, que uma escrava, por nome Quitéria, que lhe dei para a servir em sua vida, lhe não seja tirada e não somente depois da sua morte. (Trecho do testamento, de Chica da Silva, 1970, TJMG).

Essa passagem do testamento de Chica da Silva revela uma dimensão muito importante que vai além da maternidade. Em primeiro lugar, evidencia uma forte preocupação com o bem-estar de sua mãe, Maria da Costa, descrita como pobre e dependente de assistência. Ao garantir recursos materiais, como as “trezentas oitavas de ouro”, e ao solicitar que seus filhos dessem continuidade a esse cuidado, Chica demonstra um compromisso ativo com a proteção familiar mesmo após sua morte. Também é possível perceber uma dimensão intergeracional do cuidado. A experiência de filha que ampara a mãe articula-se à de uma mãe que busca proteger os filhos, formando uma rede de apoio que atravessa gerações. Essa dinâmica reforça a ideia de que, mesmo em um contexto marcado pela escravidão e por diversas formas de opressão, essas mulheres construíam estratégias para preservar os vínculos familiares e assegurar a sobrevivência de seus parentes.

O outro documento utilizado, datado de 1768 e 1784, também revela uma relação de concubinato entre um homem, cujo nome não foi identificado, e uma mulher chamada Teresa da nação Mina. Esse autor redige seu testamento, onde declara alforria a Teresa, por essa ser mãe de seus filhos. O interessante desse documento, é a perpetuação da relação de concubinato, além da alforria concedida a ela e possivelmente aos filhos. No contexto de Minas Gerais, especialmente na região aurífera, a alforria feminina apresentava, em determinados casos, maior incidência quando comparada à masculina. Tal dinâmica relaciona-se, entre outros fatores, ao desequilíbrio demográfico marcado pela menor presença de mulheres brancas, o que favoreceu a constituição de relações de concubinato. Logo o concubinato acabou se generalizando e muitos senhores brancos alforriaram suas companheiras escravas (FURTADO, 2003).

Assim como Chica da Silva e Teresa, outras mulheres negras também merecem destaque, ainda que suas trajetórias não estejam necessariamente associadas às relações de concubinato. Entre elas, encontra-se Rita de Sousa Lobo, que, em 1775, solicitou judicialmente a liberdade de suas cinco filhas, argumentando que elas haviam nascido após sua alforria. Para garantir esse

direito, enfrentou testemunhas, contestou versões apresentadas no processo e mobilizou os recursos legais disponíveis à época. Sua trajetória, assim como outras, evidencia que as mulheres negras libertas não eram figuras passivas diante das injustiças do sistema escravista, ao contrário, conheciam os mecanismos jurídicos existentes e os utilizavam para reivindicar direitos, defender sua liberdade e proteger suas famílias.

Considerações Finais

Em muitos desses documentos, torna-se claro o protagonismo masculino. Dos cinco documentos analisados, apenas um foi escrito por uma mulher negra, que foi alfabetizada durante a vida. Os demais, são escritos por terceiros, todos homens brancos e letrados, necessitando assim, de uma atenção maior, e uma sensível interpretação do que está sendo dito e do que de fato pretende transmitir. A partir dessa lógica, Duby (2011), apresenta sua preocupação:

[...] nós historiadores não devemos nos influenciar demais pelo que dizem as fontes escritas. Com efeito, toda a nossa documentação é de proveniência masculina. Nós jamais ouvimos as mulheres antes dos últimos séculos da Idade Média [...]. Acreditando demais no que dizem os homens nós nos arriscamos a nos equivocar, a considerar que a mulher não tinha poderes, estando numa posição de ‘pobreza’ [...]. 32 De fato, quando o véu se ergue, sob o efeito de um acontecimento perturbador [...] ou então porque as fontes revelam bruscamente o que é naturalmente mascarado, nós percebemos o mundo das mulheres fortemente estruturado [...]” (DUBY, 2011, p.112).

Dessa forma, contar a história das mulheres requer não apenas a observação das fontes, mas também uma análise sensível, capaz de reconhecer suas vozes mesmo no silêncio imposto por tantos anos de submissão e privações. Segundo Perrot (2005), é o olhar que constrói a história. Em cada relato histórico, há uma vontade de conhecer o que está por trás dos fatos; no caso das mulheres, essa vontade permaneceu ausente por muito tempo. “Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades”, não permitindo que essa narrativa se volte para o masculino.

Sob essa ótica, torna-se essencial analisar o feminino sob um olhar interseccional, considerando os efeitos da violência estruturada pela escravidão ao longo de séculos. Nesse sentido, a história das mulheres negras na Colônia de Minas Gerais revela especificidades que não

podem ser ignoradas. Refletir sobre a condição de pretas e mulatas no período colonial significa compreender como a violência se manifestava de formas diferentes, marcada pelo olhar patriarcal e religioso da época, tanto em relação aos homens quanto em comparação ao feminino branco. Com base nisso, Patrícia Hill Collins argumenta:

[...] A aparência não apenas carrega um peso diferencial para homens e mulheres, mas diferentes estereótipos relacionados às mulheres negras se apoiam em crenças sobre sua sexualidade. Essas ideias remontam às noções de identidade nacional, usando raça, gênero, sexualidade e cor como fenômenos interseccionais. (PATRICIA HILL COLLINS, 44, Interseccionalidade).

Assim, as análises sobre os corpos de mulheres no Novo Mundo, devem levar em consideração vários fatores que construíram o imaginário sobre o feminino durante a colônia (DEL PRIORE, 2009). Enquanto a branca era domesticada para se tornar uma boa mãe, sendo atribuída a papéis de submissão, silêncio, maternidade e beleza (DEL PRIORE, 2009), a preta era vista como sexualizada, principalmente na casa grande (VAINFAS, 2009) ou seus ventres como mercadoria de gerar escravizados (VAINFAS, 2010). “A linguagem chula era reservada a negras escravas e forras ou mulatas; para as brancas se direcionavam galanteios e palavras amorosas” (DEL PRIORE, 2013). Essa representação, revela como mulheres negras foram destituídas do direito ao afeto e a condição materna, ainda que mesmo distintas do contemporâneo, poderia atribuir densidade simbólica e social às suas vivências e experiências. Trata-se de um processo que implicou a negação de sentidos relacionados ao corpo, à cultura e às formas de pertencimento entre mulheres negras e seus pares.

De acordo com Perrot (2005), é fundamental reconhecer que a maternidade não deve ser concebida como a única missão atribuída a essas mulheres. Seus corpos, em sua totalidade, não se limitavam à função reprodutiva, e não deveriam ser entendidos como fixos no tempo, separados da história. A partir disso, portanto, é importante observar a maternidade e o afeto negado a essas mulheres negras, como forma de resistência, manifestada silenciosamente por meio da transmissão cultural de saberes, práticas e experiências que se perpetuaram até a contemporaneidade.

Assim, o presente estudo fundamenta-se, em uma perspectiva interseccional que articula gênero, raça e classe na análise das experiências das mulheres negras no período colonial, com foco no protagonismo dessas mulheres em dimensões como maternidade, resistência, afeto e

sobrevivência. Nesse sentido, dialoga-se com a historiografia voltada para o cotidiano, a escravidão e as vivências do feminino negro, examinando as múltiplas formas de subjugação desses corpos. Em *Trópico dos Pecados*, Vainfas (2018) destaca diversos aspectos da vida dessas mulheres, abordando o medo relacionado às práticas religiosas, o trabalho forçado e a violência sexual, atreladas a escravidão, oferecendo elementos centrais para compreender os mecanismos de opressão e, simultaneamente, as estratégias de resistência presentes no cotidiano colonial. Além dele, diversos autores trazem abordagens semelhantes, que podem ser utilizadas e incorporadas com outros elementos, como os testamentos, os requerimentos e o censo de 1775, que permitem compreender as práticas de concubinato, inserção social e luta por sobrevivência diante de um mundo repleto de subjugação e negação de direitos.

O presente trabalho ainda se encontra em construção, uma vez que aspectos relacionados às práticas cotidianas de sociabilidade e resistência, assim como às referências africanas presentes na cultura mineira por mulheres escravizadas e forras, ainda não foram plenamente acessados. Nesse sentido, a pesquisa pretende não apenas analisar as fontes já encontradas, mas também refletir sobre a ausência de documentos que marcaram este percurso investigativo, evidenciando a falta de interesse em registrar as experiências, as vivências e os conhecimentos ancestrais dessas mulheres.

Além disso, a prática das parteiras será incorporada à pesquisa, considerando sua relevância no universo feminino e nas comunidades escravizadas e libertas. No contexto colonial, as parteiras deveriam possuir licença para exercer o ofício e, em geral, eram mulheres mais velhas, muitas vezes negras forras ou pobres (FURTADO, 2003), que detinham conhecimentos próprios sobre o corpo, o parto e os cuidados maternos, saberes construídos fora das instituições formais de ensino e transmissão do conhecimento. Mais do que auxiliar no nascimento, essas mulheres desempenhavam um papel fundamental no cuidado com a mãe e o recém-nascido, orientando práticas de proteção, alimentação e recuperação durante o período pós-parto. Sua atuação era fundamental para a formação e manutenção de redes de apoio femininas, essenciais em um contexto no qual a maternidade das mulheres negras era constantemente atravessada pela violência, pela possibilidade de separação familiar e pela lógica da escravidão.

Referências bibliográficas:

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico do Pecado: Moral, Pecado e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano. *Avesso da Memória*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

MARTINS, Rafaela W. A.; CLARINDO, Adriely de Oliveira; CAMPOS, Mauro Macedo. **Bruxas, curandeiras e benzedoras: existências e resistências**. *Revista Mosaico*, v. 15, n. 23, p. 201-225, 2023.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas : sexualidade e erotismo na história do Brasil*. Editora Planeta do Brasil: São Paulo, 2011.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. EDUSC: São Paulo, 2005.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. 2. ed. São Paulo: Clim Editorial, 2013.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Nota de registro de testamento. 12 nov. 1770. Belo Horizonte: TJMG. Disponível em: <https://acervominasjustica.tjmg.jus.br/index.php/nota-de-registro-de-testamento>. Acesso em: 4 mai. 2026.

NEGREIROS, Carlos Eugênio da Silva; CHAGAS JR., Wilson Arnhold; RUPPENTHAL NETO, Willibaldo. De um episódio da História Pátria à disputa de redes comerciais: ensaio sobre as análises historiográficas da Revolta de Vila Rica. *CAHistória: Revista Discente de História*, 2013, v. IV, n. 4, p. 8.

Fontes:

Arquivo Público de Minas Gerais- Belo Horizonte (APM)
BR MGAPM SC-1-2-Cx.07-Doc.26 , BR MGAPM SC-1-2-Cx.08-Doc.14 , BR MGAPM CMOP-1-2-88-Doc.094

Tribunal de Justiça de Minas Gerais- Belo Horizonte (TJMG)
BR MGTJMG TJMG-ADM-Registro Administrativos Extrajudiciais-Registros
Cartorários-NRT-Nota de Registro de Testamento

Arquivo Histórico Ultramarino- Lisboa (AHU)
Manuscritos Avulsos de Minas Gerais
AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 9

“Não houve mulher mais ditosa do que eu”: Mãe Suzana e a experiência feminina no tráfico transatlântico em *Úrsula* (1859)¹

Mahyra Emmilly Sá

Mestranda em Estudos Literários

Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG)

Mahyra.sar@gmail.com

Resumo: Durante 350 anos, o tráfico transatlântico de escravizados foi legalizado e se tornou uma das atividades econômicas mais lucrativas do Brasil Colônia e Império, fortalecendo-se no Maranhão a partir da substituição da mão-de-obra indígena pela africana (Chambouleyron, 2009). Assim, analiso como a literatura representa os impactos do tráfico transatlântico na vida das mulheres por meio da personagem Mãe Suzana, do romance *Úrsula* (1859), da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis. Com auxílio da crítica literária e da história cultural, investiga-se como a personagem apresenta singularidades em comparação com outros escravizados do romance. Utilizando a literatura como fonte histórica (Pitas, 2022), compreende-se como eram os sentimentos dessas mulheres retiradas de suas vidas para o trabalho compulsório. Portanto, por meio de *Úrsula*, primeiro romance publicado por uma mulher no Brasil e por uma mulher negra na América Latina (Evaristo, 2009), evidencia-se como Maria Firmina dos Reis constrói uma nova visão da África e da experiência feminina negra para além dos estigmas coloniais (Santos, 2002).

Palavras-chave: Diáspora africana; História e literatura; Maria Firmina dos Reis.

Introdução

Terra de inúmeros escritores notáveis e uma história cujo período imperial se mostra extremamente importante para pensar a diversidade cultural do local, o estado do Maranhão enquanto província nos mostra traços de o quão importante a luta anti escravocrata se coloca no seu desenvolver no século XIX, seja por meio da imprensa, os clubes, associações, irmandades ou escritores de todos os tipos que iam de acordo com o abolicionismo², pensar essa corrente nessa localidade é pensar a importância de Maria Firmina dos Reis a nível nacional e da arte para esse movimento político.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Trabalho o abolicionismo como um movimento que defendia o fim imediato da escravização negra, colocando-o em contraste com os discursos emancipacionistas predominantes na época, que sustentavam a ideia de uma abolição lenta e gradual do trabalho compulsório. Dando destaque não apenas a diferentes projetos de sociedade, mas também revelando as disputas políticas e econômicas em torno da manutenção do sistema escravista. Enquanto os emancipacionistas buscavam preservar, ainda que temporariamente, os interesses das elites agrárias, os abolicionistas se alinhavam a uma perspectiva mais radical de transformação social, que reconhecia a urgência da liberdade e denunciava a violência estrutural da escravidão. (Barros, 2008)

Nascida em outubro de 1825, ao longo de seus noventa e cinco anos de vida dedicou-se à produção de poemas, prosas e também ao ofício de educadora. Personalidade notável quando se pensa a literatura brasileira do século XIX, a autora foi reintroduzida à sociedade brasileira na década de 1970, quando José Nascimento Morais Filho conduziu uma pesquisa nos arquivos da cidade natal de Firmina, São Luís no Maranhão, e publicou o livro *Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma Vida*. Na mesma época, Horácio de Almeida tornou público um exemplar raro da segunda edição de *Úrsula*, ainda publicado sob o pseudônimo “Uma Maranhense”. Desde então, inúmeras pesquisas vêm sendo conduzidas sobre a vida e a obra da autora, sobretudo após o centenário da abolição, em 1988, impulsionando o interesse na leitura e análise de seus contos, poemas e, principalmente, por *Úrsula*, seu romance abolicionista que a consolidou como uma das figuras mais relevantes do Romantismo brasileiro (Gomes, 2022).

Na obra de Maria Firmina dos Reis encontramos um exemplo do que Hebe Mattos (2009) resalta ao falar sobre a atuação de intelectuais negros no século XIX, especialmente aqueles que se posicionavam constantemente contra o regime de trabalho compulsório. Essas pessoas representavam para a autora uma das dádivas mais democráticas em um Brasil historicamente excludente, denunciando as injustiças da escravidão e dando voz a grupos silenciados. Entretanto, quando o objetivo final dessas lutas foi alcançado — como, no caso da abolição, a conquista do fim da escravização —, os protagonistas dessas resistências foram esquecidos ou marginalizados, permanecendo invisíveis por longos períodos. Somente no século seguinte é que eles começaram a ser redescobertos e valorizados por diferentes públicos, seja através da reavaliação acadêmica, da literatura ou de movimentos culturais que buscavam resgatar essas histórias silenciadas.

Autoras negras como Maria Firmina dos Reis produzem uma literatura marcada pela consciência racial e por um olhar crítico sobre a ordem social de seu tempo não deixado que seus personagens negros tenham histórias marcadas pelo sofrimento e pelo cativeiro mas também pelo amor e relações fraternais e parentais. O trabalho de Eduardo França Paiva (2009), ao propor uma história cultural da escravidão a partir da análise de imagens e documentos, contribui para pensar a escravidão como fenômeno também cultural, vivenciado e representado de múltiplas formas, não só nos arquivos administrativos, mas também nas artes, na literatura e nas oralidades.

Assim, por meio do olhar dessa corrente historiográfica e da noção de que no trabalho da autora temos de original a consciência na narrativa desses personagens escravizados tecendo novas histórias sobre suas opressões antes não vistas (Machado, 2022), dou destaque para a personagem Mãe Suzana uma mulher africana que utiliza das suas memórias do passado antes do cativeiro como a principal forma de resistir às dificuldade da vida enquanto pessoa escravizada.

A literatura afro-brasileira enquanto representação

Descritas como uma relação de “aproximações e distanciamentos, que se entendem como formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real” (Pesavento, 2003, p. 66), a história e a literatura constituem dois campos do saber que passaram a dialogar de maneira mais intensa ao longo do século XX. O processo de ampliação das fontes históricas — especialmente com a valorização das fontes não tradicionais, como imagens, testemunhos orais e textos literários — permitiu o surgimento de novas abordagens historiográficas que reconhecem o valor das narrativas subjetivas e simbólicas na construção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, o desenvolvimento da história cultural abriu caminhos para uma conexão mais profunda entre a história e outros campos do saber, em especial a literatura, possibilitando aos historiadores refletir não apenas sobre o conteúdo dos textos literários, mas também sobre o próprio processo de produção, circulação e recepção dos livros como objetos históricos. Essa ampliação de horizontes teóricos e metodológicos permite pensar a literatura como um espaço de memória, conflito e resistência, especialmente quando se trata de narrativas produzidas por sujeitos historicamente marginalizados.

Destaca-se como marco teórico fundamental o conceito de “representação”, tal como elaborado pelo historiador francês Roger Chartier — uma noção extremamente relevante para trabalhar a literatura dentro do campo historiográfico³. Em sua vasta obra, Chartier desloca a ideia tradicional de “mentalidade”, entendida como um sistema coletivo de crenças relativamente estáveis, para uma compreensão mais dinâmica das formas pelas quais sujeitos e grupos sociais constroem sentidos e significados. Para Chartier (2002), o conceito de representação não se limita

³ Coloco aqui o foco na representação como conceito principal, porém destaco que esse não é o único conceito na História para se trabalhar a literatura. A “apresentação” vem do trabalho de Maurice Blanchot (2011), que propõe uma análise da literatura como um acontecimento e não como um resultado direto de processos históricos ou da vida do autor. Para mais consultar: BLANCHOT, Maurice. O espaço literário. Tradução Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

a um mero reflexo da realidade social, mas se constitui como prática ativa de construção simbólica. Ou seja, representar não é apenas espelhar algo que já existe, mas produzir formas específicas de ver, perceber e significar o mundo. A representação, portanto, articula-se diretamente com a materialidade da cultura, das instituições e do meio social em que está inserida, sendo fundamental para compreender os modos como os sujeitos são posicionados, e se posicionam, no interior das estruturas sociais e das relações de poder. Dessa forma, segundo o autor,

[...]Propomos que se tome o conceito de representação num sentido mais particular e historicamente mais determinado. [...]A representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. (CHARTIER, 2002, p.20).

Nesse sentido, a representação é sempre uma prática carregada de conflitos e disputas, revelando-se tanto nos hábitos cotidianos quanto nos discursos legitimadores das hierarquias sociais. Ela diz respeito à forma como determinadas ideias e identidades são compartilhadas no espaço público, o que a torna um instrumento teórico potente para analisar a literatura enquanto prática cultural. Assim, pensar a escrita a partir da noção de representação permite ao historiador ultrapassar leituras puramente estéticas ou formais, voltando-se para os processos sociais, políticos e simbólicos envolvidos na produção, circulação e recepção das obras.

É possível compreender a literatura, especialmente a afro-brasileira, como um campo privilegiado onde se travam disputas de representação. Ao analisar textos produzidos por pessoas negras, se abre a possibilidade de explorar documentos que não pertencem ao arquivo oficial da História, mas que emergem da ficção como forma legítima de narrar o mundo, vivências e sociabilidades historicamente apagadas ou silenciadas. A representação, nesse contexto, não se limita à simples descrição da realidade, ela se torna uma ferramenta para reconstruir identidades. Essa abordagem nos convida a refletir sobre uma produção literária que se afasta da noção de “arte universal” (Evaristo, 2009) — remetendo muitas vezes a um cânone branco, eurocêntrico e masculino — e se aproxima de experiências situadas, marcadas por desigualdades raciais, sociais, econômicas e de gênero. A literatura de autoria negra, nesse sentido, assume um papel fundamental não apenas como denúncia, mas como afirmação de reexistência, deslocando os limites da tradição escrita oficial (Pitas, 2022).

Suzana e a vida de mulheres africanas

Publicado seis anos após o fim do tráfico transatlântico, *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, constrói uma história trágica de amor entrelaçada com elementos de sua realidade, apresentando de forma integral a vida dos escravizados, uma vida que vai além da simples submissão imposta pelo cativo. No romance Firmina se dedica a retratar a experiência dos escravizados, incluindo suas vivências anteriores à escravização forçada.

Mãe Suzana tem um papel fundamental nesse relato que é apresentar uma África que ultrapassa os estigmas de pecado e imoralidade (Santos, 2002), abrindo espaço, na literatura brasileira, para um território de afetos. Suzana se coloca como uma personagem importante não apenas para mostrar a Túlio o valor da liberdade, mas também para evidenciar a conexão entre eles — conexão essa que remete à relação dela com a filha deixada no continente africano após ser traficada para o Brasil. O relato de sua travessia no tráfico transatlântico transporta para a ficção o vivido por muitos, capturando nas palavras de Firmina a sensibilidade real da dor e da crueldade enfrentadas durante esse processo violento. Aqui destaco esse fragmento da fala de Suzana:

“Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: — uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! [...] A sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava — pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar! [...] Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!” (Reis, 2018 [1859], p. 121 - 122)

A lembrança do continente africano se inscreve como lugar de origem, de identidade e de ruptura brutal causada pelo tráfico transatlântico, compondo uma narrativa de deslocamento que humaniza a experiência escravizada. Suzana, em especial, é mais do que uma personagem: ela é uma ancestral viva. Sua fala sobre a filha deixada para trás, sobre a vida como esposa e mãe antes da escravização, é um gesto de resistência à desumanização. Ao lembrar quem foi, ela se recusa a ser reduzida à condição imposta pelo cativo. Já os outros personagens (Antero e Túlio), ao falarem sobre suas dores e esperanças, encarnam a resistência cotidiana, afirmando que,

mesmo dentro da estrutura violenta da escravidão, existiam vínculos, memórias e desejos que a opressão não conseguiu apagar.

Como dizia a chamada do livro no jornal *A Imprensa*: “Os personagens da sua obra não os foi buscar num fato original; a existência desses entes criou-a ela, no correr da mente.”⁴ A vida da autora estava profundamente conectada à realidade dos escravizados, especialmente ao considerar a grande presença dessas pessoas na vila de Guimarães durante o tempo em que ela produziu o livro em questão. Além disso, Firmina mantinha uma relação muito próxima com sua avó, uma mulher africana — assim como Suzana — cuja morte foi extremamente lamentada pela autora. Apesar dessa perda ter ocorrido após a publicação de *Úrsula*, o paralelo entre sua avó e a personagem Suzana é marcante, deixando evidente como o cotidiano da autora serviu de inspiração direta para a construção de suas personagens e temáticas. (Gomes, 2022)

Dessa maneira, Maria Firmina dos Reis sempre esteve em contato próximo com a vida dos escravizados, principalmente os que desembarcavam no porto do Calhau e eram realocados para a cidade de Guimarães, onde ela vivia (Gomes, 2022). A dinâmica da sociedade imperial maranhense do século XIX é capturada em *Úrsula* (1859), tornando o livro um retrato das maneiras em que as pessoas escravizadas interagiam com o sistema escravista, não os isolando e tornando-os personagens com total influência no desenvolvimento da narrativa. Com isso, nota-se a diferença entre Suzana e outros personagens, como Túlio ou Antero, que também eram escravizados, mas, como homens já nascidos na condição de escravizados ou, mesmo sendo originários da África, não possuem vivências iguais às de Suzana, cujo retrato captura sua vida como filha, mãe, esposa e sua transição de mulher livre para o cativo.

Essa maneira de apresentar uma personagem fruto da diáspora africana que traz esses detalhes da sua vida antes, do cativo tão presente diferencia fortemente Suzana da forma que outros personagens que tiveram uma trajetória parecida ou igual a dela representados na literatura do século XIX. Tal fato é extremamente motivado pelas vivências de Firmina que apesar de nascer livre conviveu grande parte da sua vida com a escravização e o tráfico transatlântico, seja ele legal ou não. Assim a dimensão que a personagem possui está diretamente ligada às suas memórias que ela mantém sempre vividas. Durante uma conversa com Túlio, Suzana deixa claro a importância dessas recordações para ela:

⁴ A Imprensa, Ano I, nº 40, 17.19.1857, p.3. FBN. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=035156&pagfis=143>.

— Ah! Pelo céu! — exclamou o jovem negro enternecido. — Sim, pelo céu, para que essas recordações?!

— Não matam, meu filho. Se matassem, há muito que morreria, pois vivem comigo todas as horas. (Reis, 2018 [1859], p. 102)

A memória na construção da personagem funciona principalmente como uma forma de preservar sua humanidade. A frase dita antes de iniciar o relato de como era sua vida antes da condição do cativo demonstra como Suzana se diferencia de outros personagens que utilizam estratégias distintas para lidar com o cotidiano da escravização. Antero, por exemplo, recorre à bebida para anestesiar as dificuldades que vive, mas, para Suzana, lembrar da vida que possuía antes do cativo e o carinho materno que nutre por Túlio bastam como um lembrete de que suas vivências não se resumem apenas ao sofrimento. Dessa forma, a memória se torna um instrumento de resistência, permitindo que ela mantenha vivas suas origens, seus afetos e sua identidade mesmo diante das tentativas de desumanização impostas pela escravidão. Como afirma Guarinello (1994), a memória, sobretudo a coletiva, constitui um campo de constantes disputas. No caso de Suzana, recordar sua família, sua terra natal e sua condição de mulher livre antes do tráfico transatlântico representa uma recusa em permitir que o cativo apague quem ela foi. Assim, suas lembranças não funcionam apenas como recordações do passado, mas como uma forma de afirmar sua existência para além da condição de escravizada, preservando uma história que a violência da diáspora tentou interromper, mas não conseguiu apagar.

Conclusão

A trajetória de Mãe Suzana em *Úrsula* permite compreender como Maria Firmina dos Reis elaborou uma das representações mais complexas e humanizadas da população africana e afrodescendente na literatura brasileira oitocentista. Diferentemente de grande parte das narrativas produzidas no século XIX, que frequentemente reduziam pessoas negras à condição de figuras secundárias ou estereotipadas, Firmina constrói uma personagem dotada de memória, afetos, desejos e experiências próprias. Ao narrar sua vida antes da escravização, Suzana rompe com a lógica colonial que procurava definir os africanos exclusivamente a partir do cativo, revelando uma existência marcada por pertencimento comunitário e sua prévia liberdade. Dessa forma, a autora não apenas denuncia a violência do tráfico transatlântico, mas também restitui à personagem uma história que antecede a escravidão e que continua existindo mesmo após a ruptura provocada pelo sequestro e pela diáspora.

A análise da personagem destaca ainda como a memória assume um papel central na construção de sua identidade. Ao contrário de outros personagens do romance que buscam lidar com a violência do cativeiro por meio de diferentes estratégias de sobrevivência, Suzana encontra em suas recordações uma forma de resistência. Lembrar-se da filha, do esposo, da mãe, da pátria e da liberdade não representa apenas um retorno nostálgico ao passado, mas um ato de preservação de si mesma diante de um sistema que tinha como objetivo apagar todas as suas subjetividades. As memórias funcionam como um espaço de continuidade entre a vida anterior à escravização e a realidade vivida no Brasil, reafirmando constantemente a individualidade dela.

Por meio dessa construção narrativa, Maria Firmina dos Reis apresenta uma visão da África profundamente distinta daquela difundida pelos discursos coloniais. A África de Suzana não é o espaço da barbárie ou da ausência de civilização, mas um território de pertencimento. Ao fazer isso, a autora antecipa discussões que somente décadas mais tarde seriam amplamente desenvolvidas por intelectuais negros e pelos estudos pós-coloniais, questionando representações racistas e propondo novas formas de compreender as experiências da diáspora africana. A fala de Suzana, ao recuperar suas lembranças e denunciar a brutalidade do tráfico, transforma-se em um testemunho literário capaz de confrontar narrativas que historicamente desumanizaram pessoas negras e o continente africano.

A aproximação entre história e literatura mostrou-se fundamental para esta análise. Conforme apontam os estudos da história cultural, a literatura não deve ser entendida apenas como reflexo de uma realidade social, mas também como espaço de produção de representações e significados. Nesse sentido, *Úrsula* constitui uma fonte privilegiada para compreender sensibilidades, experiências e percepções sobre a escravidão que muitas vezes não aparecem nos documentos oficiais. A obra permite acessar dimensões subjetivas da experiência escravizada, revelando dores, afetos, medos e esperanças que ajudam a ampliar a compreensão histórica sobre o período (Grecco, 2015).

Por fim, conclui-se que Mãe Suzana ocupa um lugar singular não apenas dentro da narrativa de *Úrsula*, mas também na tradição literária brasileira. Sua trajetória evidencia os impactos específicos que o tráfico transatlântico produziu sobre as mulheres africanas, especialmente aquelas que foram separadas de seus filhos, companheiros e comunidades de origem. Ao mesmo tempo, sua história demonstra que a experiência da escravização não eliminou suas capacidades de lembrar, amar, resistir e narrar. Assim, a personagem criada por Maria

Firmina dos Reis transforma-se em símbolo da resistência feminina negra e da preservação da memória africana na diáspora. Mais de um século e meio após a publicação do romance, sua voz continua relevante por permitir que experiências historicamente silenciadas sejam conhecidas, valorizadas e incorporadas às reflexões contemporâneas sobre escravidão, racismo, gênero e memória (Duarte, 2004). Dessa forma, em *Úrsula* ela reafirma sua importância não apenas como marco da literatura brasileira e afro-brasileira, mas também como obra fundamental para a compreensão das múltiplas dimensões humanas da experiência escravizada no Brasil oitocentista.

Referências bibliográficas:

- A IMPRENSA. São Luís, MA: Typ. do Progresso, 1857-1862. 2 vezes por semana (quarta e sábado). Publica atos oficiais. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/035156/1>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BARROS, José D'Assunção. Emancipacionismo e abolicionismo: tensões de um debate no Brasil escravista. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 25, p. 199-231, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/695>. Acesso em: 17 mar. 2024.
- BLANCHOT, Maurice. O espaço literário. Tradução de Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 79–114, dez. 2006.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difusão Editora, 2002.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula. A escrava*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.
- FRANÇA PAIVA, Eduardo. Por uma história cultural da escravidão, da presença africana e das mestiçagens. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, n. 3, p. 1–24, 2009. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/195>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- GOMES, Agenor. Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil. São Luís: Editora da Associação Maranhense de Letras, 2022.
- GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 6, n. 11, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10546>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 28, p. 180-93, 1994.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis, século XIX, Maranhão, Brasil. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 118-135, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10101293>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, v. III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PITAS, Janaina Rodrigues. A literatura afro-brasileira de autoria feminina como fonte histórica. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 13, n. 2, p. 13-34, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/19922>. Acesso em: 2 mar. 2024.

Autonomia em disputa: o testamento de Maria Correa nas Minas Setecentistas

Athos Morais Rocha

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
athosmoraisrc@gmail.com

Gabrielle Soares de Freitas

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
gabriellesoaresdefreitas64@gmail.com

Resumo: Esse artigo busca trazer um relato de experiência referente a uma sequência de atividades denominada “O Baú da Maria Correa” aplicada para alunos do segundo ano do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Essa experiência didática integra o projeto Heranças Insurgentes, pertencente à mesma instituição, coordenado pelas professoras Isis Castro e Maria Eliza Campos, com a participação de bolsistas do PIBID/UFMG e da FAPEMIG. Essa iniciativa tem como objetivo transformar fontes cartoriais em ferramentas para o Ensino de História da escravidão, visando promover uma educação antirracista, plural e que coloque esses sujeitos subalternizados no centro da narrativa. Nesse sentido, esse texto está dividido em dois momentos centrais: o primeiro de reflexão sobre o Ensino de História africana e afro-brasileira nas escolas e, o segundo, de apresentação da fonte utilizada e da sequência didática em si. Esperamos que assim, possamos trazer alguma contribuição para outros professores, mostrando outras possibilidades de fontes e atividades que podem ser utilizadas em sala de aula.

Palavras-chave: Biografias; Ensino de História; Educação Antirracista.

Introdução

Durante 350 anos, milhões de africanos foram retirados forçadamente de suas comunidades de origem e obrigados a migrar para o outro lado do Atlântico. Quando chegavam em seu “novo lar” seus nomes eram trocados e sua antiga história era apagada dos registros. Tendo em vista esse contexto, Hartman (2020) revela a agonia de ir a um arquivo e encontrar um silenciamento dessas pessoas, visto que a maior parte dos documentos que temos acesso foram produzidos pelos colonizadores; assim, nunca saberemos dos sentimentos, da trajetória e da história dessas pessoas. No silêncio ensurdecido do arquivo, Hartman começa a tentar criar um final para a vida de duas garotas — tarefa que se mostra ingrata, porque nunca saberemos a

trajetória da menina que Hartman dá o nome de “Vênus”. Em seu outro trabalho, intitulado *Perder a Mãe* (HARTMAN, 2022), a autora estadunidense vai a Gana na tentativa de procurar seus antepassados e se depara novamente com o silêncio. Mais que isso, Hartman se depara com o não pertencer: não se sente em casa nos Estados Unidos, por ser uma mulher negra, mas também não encontra o que procura na terra mãe. Não saber suas origens afeta profundamente a sua relação consigo mesma.

Esses dois textos nos ajudam a entender a dificuldade e agonia de se lidar com o tema da escravidão: o tema toca em muitas feridas, ainda abertas e expostas. Ademais, é um momento em que, quando a busca por essas raízes se torna mais necessária, as lacunas nos registros se tornam mais evidentes. Ou seja, é uma dupla violência: primeiro, quando foram forçados a deixar seus lugares de origem para serem escravizados e, em segundo, quando seu nome, sua história é apagada, restando o vazio. Ainda assim, mesmo que nunca seja possível recuperar a trajetória de todos esses seres humanos, é preciso que nós, enquanto historiadores e professores, estejamos sempre dispostos a recuperar pelo menos uma pequena parte da história de alguém, mesmo que muitas vezes as fontes tragam tão pouco sobre esses sujeitos. Enquanto professores da educação básica é necessário não reproduzirmos os estereótipos que pairam sob o senso comum e estarmos sempre na tentativa de promover uma educação crítica e antirracista, evitando reafirmar as narrativas históricas que não colocam esses sujeitos como agentes de sua própria história.

Foi pensando nessas questões que as professoras do *Centro de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Campus Nova Suiça)*, Maria Eliza Campos e Isis Castro, criaram o projeto de ensino “Heranças Insurgentes”, que tem como objetivo utilizar fontes cartoriais de mulheres negras no Ensino de História, buscando promover uma educação plural, antirracista e que mostre aos alunos uma sociedade colonial muito mais complexa. A iniciativa contou também com a participação dos bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) da *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*, a saber: Athos Moraes, Daniela Ferreira, Gabrielle Soares, Júlia Vieira, Luana Aguilar, Luísa Rienda, Luiz Fernando Pereira e Maria Clara Cruz. Além de uma bolsista da FAPEMIG, a estudante da graduação de Letras do CEFET-MG, Fernanda Monteiro.

Esse artigo pretende trazer um relato de experiência da formulação da sequência didática pertencente ao projeto e sua aplicação nas turmas de segundo ano da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do *CEFET-MG*. Esperamos, com esse texto, contribuir com outros professores pelo Brasil e com o debate sobre o Ensino de História Afro-brasileira no país.

O uso de biografias no Ensino de História

Quando olhamos os números da história da escravidão no Brasil através de gráficos e tabelas, eles são muito impactantes: são quase quatro séculos de escravidão, quatro milhões de homens, mulheres e crianças que chegaram com vida ao país, cerca de um terço de todo o comércio de pessoas pelo atlântico, sendo o país que com maior presença no tráfico transatlântico (IBGE, [s.d.]). Todavia, muitas vezes eles não são suficientes para envolver os estudantes em sala de aula, já que números não têm voz, rosto ou vida. Por isso, o uso de trajetórias individuais pode ser uma ferramenta importante de sensibilização, permitindo que os discentes se aproximem de experiências concretas do passado. A biografia, nesse contexto, permite expandir o modo de pensar historicamente e reconhecer a agência individual de sujeitos esquecidos ou silenciados (OLIVEIRA, 2022), constituindo-se como um instrumento importante para um Ensino de História mais sensível e engajado.

A historiografia da escravidão no Brasil passou por vários momentos que influenciaram diretamente o Ensino de História no país. Ainda durante o Império, a escravidão era um tema marginal nos livros didáticos oitocentistas, sempre tratada de maneira genérica, pois ela era um empecilho para o Brasil se apresentar como um país civilizado. Ainda nesse momento, é importante lembrar do texto inaugural do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)* que desconsidera totalmente a contribuição dos africanos para o Brasil, tratando-os sempre como símbolos do atraso e da decadência da “raça” brasileira (VON MARTIUS, 1845). Na década de 30, Freyre rompe com essa tradição ressaltando a importância dos africanos para a formação do Brasil, mas relativiza a violência exercida pela escravidão, encarando o Brasil como um país harmonioso e que tinha muito a ensinar a outras nações sobre a convivência de raças. A escola Paulista de Sociologia, na década de 60, por outro lado, defendia que a escravidão exerceu uma violência tão severa sobre homens e mulheres negras que chegou a proporcionar uma alienação desses sujeitos. Essas perspectivas começam a mudar somente a partir da década de 80, com autores como Chalhoub, que começam a valorizar cada vez mais o papel ativo dessas pessoas, que mesmo diante dos horrores da escravidão não deixaram de ser sujeitos de sua própria história (PALERMO, 2017).

O debate acima é importante porque essas correntes ainda sobrevivem paralelamente, sobretudo quando observamos o conteúdo que nossos alunos assistem na internet ou na televisão, que muitas vezes é o principal meio de contato entre os estudantes e discussões a

respeito de debates historiográficos. No Ensino de História, estereótipos, supervalorização da violência colonial e relativização do racismo à brasileira ainda estão presentes. Além disso, embora exista a lei 10.639/2003, que obrigada o Ensino de História Africana e Afro-brasileira nas escolas, esse conteúdo ainda é tratado de maneira apartada do restante ou apenas em datas comemorativas como o “Dia da Consciência Negra”, esquecendo-se que o Brasil foi formado e sustentado por mãos negras que trabalharam e lutaram por sua dignidade incessantemente (ALBERTI, 2013). Assim, acreditamos ser importante o uso das biografias em sala de aula, entendendo-as como parte da história nacional e não como um mero apêndice.

Os professores do departamento de História do *Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)* preocupados com essa questão, reformularam o currículo da instituição entre os anos de 2020–2022, baseado em três conceitos fundamentais: gênero, raça e trabalho. Diante dessa nova normatização, vários projetos de ensino foram criados em conjunto visando uma história de pessoas negras integrada à história do país. Dentre esses, vale a pena destacar o projeto pioneiro “Baquaqua — Protagonista da Liberdade”, que utilizou a única autobiografia existente de um escravizado que passou pelo Brasil como uma fonte importante para Ensino de História. Entretanto, como já foi dito, essa é a única fonte desse tipo da qual temos acesso, o que volta ao indagamento de Hartman (2020) ao se deparar com a história de Vênus: o que fazer diante do silenciamento?

A solução foi buscar fontes alternativas, mas que também possuísem caráter autobiográfico. Com isso, surgiu o projeto “Heranças Insurgentes”, no qual entendeu-se testamentos também como uma forma de escrita de si, algo que será detalhado com mais cuidado no próximo tópico. Portanto, esse projeto é a tentativa de reconstruir a história de mulheres negras invisibilizadas através de seus rastros e construir sequências didáticas que mostrem aos alunos uma outra visão da história.

Testamentos e inventários como autobiografias

Maria Correa, preta forra, viveu no Largo de Santa Ana, no Arraial de José Corrêa, termo de Sabará, por volta de fins do século XVIII, em um “rancho velho coberto de telhas”. Em 1789, se viu obrigada a fazer um inventário e um testamento em virtude de uma denúncia apresentada ao juizado de órfãos por José Gonçalo Corrêa de Miranda, afirmando que ela era demente. Pelo documento, não é possível saber com exatidão que tipo de relação existia entre os dois, mas é

provável que tenham tido algum tipo de relacionamento amoroso, visto que Maria Correa afirma fortemente em seu testamento que “nunca foi, nem é casada”. Na época, esse tipo processo, era uma ameaça direta à autonomia jurídica e econômica da denunciada (SOUZA, 2017). A queixa foi aceita e iniciou-se um processo de curatela e inventário para declará-la incapaz, nomeando Gonçalo para administrar seus bens. Seus pertences somavam uma quantia de 213\$792 mil réis, sendo eles: roupas de uso cotidiano, panos de seda, brincos, peças de ouro e cobre, três escravizados idosos e ferramentas de trabalho.

Maria Correa, no entanto, lutou habilmente na justiça para reaver seus bens e se provar capaz, conseguindo anular o inventário. Além disso, assegurou, por meio de seu testamento, que sua voz e sua vontade fossem ouvidas, deixando todos os seus bens para a capela de Santa Anna e concedendo a liberdade aos seus escravizados. Tendo em vista a luta de Maria Correa, os documentos citados se tornam importantes instrumentos autobiográficos, já que seu testamento é uma maneira de autorrepresentação, ajudando a ocupar um pouco do espaço vazio causado pelo silêncio deixado pela falta de biografias de mulheres negras no Brasil. Todavia, é preciso ter cuidado e encarar esses textos de forma crítica, visto que são instrumentos legais com a interferência do escrivão.

A história dessa mulher também é potente para entender os limites da liberdade no Brasil Colonial. Embora, provavelmente, tenha comprado sua própria alforria, Maria Correa teve que lutar ativamente para garantir seus bens e sua liberdade, estando em constante ameaça. Portanto, ser livre não basta, pois nessa época a liberdade estava ligada à cor da pele. Ainda, ela permite o trabalho em sala de aula com uma sociedade mais plural e multifacetada, em que a dualidade senhor/escravo não se justifica. Além disso, sua história fornece a oportunidade as/os estudantes a se confortarem com seus próprios preconceitos, entendendo que as pessoas negras daquela época, não se resumiam apenas a escravidão.

Portanto, o Projeto Heranças Insurgentes, propõe através deste e de outros casos, uma prática pedagógica fundamentada nas biografias, na análise crítica de fontes e na revalorização de sujeitos historicamente silenciados; pretendendo-se distanciar das narrativas do senso comum e dos estereótipos sobre a vida de pessoas negras escravizadas, busca promover uma história antirracista e plural.

Construção e aplicação da sequência didática

A partir das fontes e dos debates apresentados anteriormente, foi elaborada uma sequência didática em diálogo com os três alicerces do currículo de história do CEFET-MG (trabalho, raça e gênero) e com as leis 10.639/03 (BRASIL, 2003) e 14.986/24 (BRASIL, 2024) — importantes formas de combate ao racismo e ao machismo na comunidade escolar. Assim, o grupo do projeto Heranças Insurgentes realizou longas discussões sobre como abordar a escravidão em intersecção com as questões de gênero. A pauta buscou definir caminhos que evitassem a reprodução de estereótipos em sala de aula, impedissem que esses conteúdos fossem tratados como um adendo marginal, desvinculado da chamada “história geral”, e também, escapar de narrativas que, ao salientar a agência dessas personagens, acabem por diminuir os impactos da escravidão na formação de nossa sociedade.

Uma das principais preocupações era como tratar um tema sensível como a escravidão num momento que se vive uma disputa em torno desse passado. Nas mídias sociais, sobretudo em canais como *Brasil Paralelo* e *Brasão de Armas*, em livros, como *Guia do Politicamente Incorreto na História do Brasil*, e até mesmo no Legislativo Brasileiro, com debates sobre o fim das cotas raciais, a violência a que as populações negras foram submetidas é constantemente negada, com argumentos como “as próprias pessoas negras possuíam escravizados” ou a suposta “brandura” da escravidão devido à miscigenação e à ascensão social de sujeitos ex-escravizados (OLIVEIRA, 2023). Essa inquietação se justifica ainda mais em virtude da declaração de posse de três pessoas escravizadas — Salvador Courano, Feliciano Mina e Manoel — no inventário de Maria Correa. Dessa forma, o tratamento da questão da escravidão na sociedade atual também foi uma etapa na construção dessas atividades didáticas.

Em busca da participação ativa das turmas do 2º ano da EPTNM na aula, para observar e discutir suas noções sobre a escravidão, o grupo optou por realizar uma dinâmica criativa em vez de uma aula expositiva sobre o tema, objetivando levar as/os estudantes a uma reflexão sobre suas próprias concepções da sociedade brasileira de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX, frequentemente pensada de forma simplificada, com as pessoas negras reduzidas apenas às experiências de escravidão, passividade e pobreza.

Para a aplicação dessa sequência didática, organizada em duas etapas, foram cedidas às/aos bolsistas do projeto duas aulas de 1 hora e 40 minutos, em três turmas, nos dias 1º e 8 de

outubro de 2025. A primeira aula ocupou a função principal de levantar as referências pregressas das/dos estudantes sobre a sociedade colonial, principalmente no que se refere aos seus estamentos, à mobilidade social e às condições de gênero e raça, para então problematizá-las. Para tanto, idealizou-se, para a primeira parte da sequência, uma dinâmica denominada “De quem é o baú?”, que consistiu no uso de uma caixa contendo representações dos bens descritos no inventário da alforriada. Para compor a atividade, foram selecionados 24 itens⁵, cada um acompanhado de uma etiqueta de identificação. A escolha priorizou objetos que instigassem a imaginação dos discentes e auxiliassem na compreensão da vida de Maria Correa na Minas Gerais no século XVIII, tais como: um almocafre (ferramenta relacionada à mineração), um pote com pó de ouro, uma pistola velha, um tacho de cobre velho, uma imaginária de Nossa Senhora da Conceição, e termos de posse sobre pessoas escravizadas.

Imagem 1: O “Baú de Histórias” e alguns objetos.



FONTE: Arquivo pessoal da prof.^a Isis Castro. Foto de outubro de 2025.

Os objetos foram colocados dentro de sacolas que impediam sua identificação prévia, garantindo a distribuição aleatória dos itens. As turmas foram divididas em oito grupos, cada qual responsável pela construção de hipóteses com base em três objetos sorteados. Essa abordagem

⁵ 3 termos de posse de pessoas escravizadas (Manoel, Salvador e Feliciano), 1 termo de posse de um rancho velho, 1 oitava e meia e 6 vinténs de ouro em pó, 1 saia de veludo preta usada, 1 colete de seda, 1 chapéu fino novo, 1 prato de ferro, 1 bacia de aguar as mãos velha, 1 almocafre novo, 1 enxada velha, 1 pano de cobrir usado, 1 cinta de seda, 1 anel de ouro, 2 brincos separados (quebrados), 1 cordão de ouro, 1 imagem de Nossa Senhora da Conceição, 1 pistola grande velha, 2 tachos de cobre velho, 1 balança velha de pesar ouro, 1 frasco de vidro.

metodológica previu que a dinâmica se desenrolaria de maneira distinta e orgânica em cada sala, visto que os grupos, munidos de conjuntos diversos, seriam conduzidos a conclusões singulares.

“Simulando” historiadores em formação, os discentes receberam um roteiro impresso para orientar a análise dos objetos. Essa atividade estruturou-se em três etapas principais: a listagem dos itens em uma tabela descritiva (composta por “Nome conforme a etiqueta”, “Descrição” e “Função/Uso presumido”); a formulação de uma suposição sobre o perfil do proprietário desses bens (gênero, condição social, ocupação, religião, raça/etnia, etc.), justificada por meio de, no mínimo, um dos objetos; e, anotações próprias do debate do grupo sobre um ou mais objetos que parecem deslocados ou incomuns em relação ao restante. Esse momento inicial parte também de uma urgência pedagógica em despertar a participação, a sensibilidade e o interesse para o Ensino de História, e, mais além, instigar a reflexão acerca do ofício do historiador.

Com a finalização do roteiro, os grupos deveriam eleger um representante para expor ao restante da turma a hipótese construída sobre a personagem em questão. Nesse momento, a aula destinou-se à pensar as convergências e divergências entre os resultados gerados pelos grupos.

A partir dessa etapa, mapearam-se alguns padrões. Nos grupos que prevaleceram posses de alto valor (como as pessoas escravizadas, o rancho ou o cordão de ouro), predominaram a leitura de que o proprietário seria um homem branco. Mesmo em grupos que não foram munidos dos termos de posse, a associação à riqueza vinha acompanhada da premissa de que o sujeito seria proprietário de escravizados. Por outro lado, a pobreza, inferida nos grupos que receberam objetos descritos como velhos ou quebrados, foi atribuída a pessoas negras ou mestiças.

Em grupos cujos itens de alto valor coexistiam com objetos associados à feminilidade (como saia, cinta, brincos e tecidos), as interpretações direcionaram-se para figuras como herdeiras, viúvas ou esposas de homens ricos. Notavelmente, um dos grupos recusou-se a combinar essas dimensões, alegando ser impossível afirmar que uma mulher no período colonial detivesse tamanho patrimônio.

Ademais, embora tenha sido distribuído apenas um objeto de caráter estritamente religioso, a expressiva maioria dos discentes supôs tratar-se de um indivíduo católico. Quanto à ocupação, destacaram-se as hipóteses relacionadas à mineração — tendo em vista objetos como o almocafre, a balança de pesar ouro e o ouro em pó — e à agricultura, pelo rancho e a enxada.

Evidencia-se, assim, que a maior parte dos grupos pensou tratar-se de uma pessoa branca, rica, cristã e do gênero masculino. Cumpre destacar que o objetivo da atividade não consistia por uma busca ao erro ou à resposta correta, mas sim em incitar a turma a externalizar suas referências históricas prévias e, então, refletir sobre a uniformidade que geralmente atribuímos ao passado.

Após esse momento, revelou-se que todos os objetos pertenciam a uma única pessoa, cujo inventário pós-morte serviu de base para a construção do baú. Como desdobramento dessa provocação, a identidade da proprietária do baú foi apresentada por meio de uma breve biografia: tratava-se de Maria Correa, uma mulher preta, ex-escravizada, solteira e consideravelmente abastada. O contraste provocou dúvidas e inquietudes imediatas nos discentes, guiando o debate para o cruzamento entre a trajetória de vida e o patrimônio, a partir de questionamentos como: De que maneira ocorreu sua alforria? Por que seu sobrenome coincidia com o do arraial e o de seu denunciante? Por que uma mulher outrora escravizada possuía escravizados? Como se deu seu enriquecimento?

Tais problematizações permitiram estabelecer dados importantes sobre Maria Correa, os quais viabilizaram uma análise ampliada da estrutura social do Brasil setecentista e do próprio fazer historiográfico, extrapolando a experiência individual em direção a uma conjuntura mais geral. O tempo final da aula destinou-se à reflexão sobre a memória da escravidão e os obstáculos metodológicos para acessar a subjetividade e o cotidiano de sujeitos escravizados que, para além das violências física e psicológica, sofreram com o apagamento de suas trajetórias.

Cabe salientar que, em consonância com as perspectivas de Sheila de Castro Faria (2025), os itens inventariados foram abordados como indícios de atividades econômicas recorrentes entre negras alforriadas no período, tais como a mineração e o comércio de quitutes. Exploraram-se, ademais, a dinâmica de compra das cartas de alforria, as questões envolvidas na posse de escravizados por libertos e as distinções entre as estruturas da escravidão no continente africano e no sistema transatlântico.

Um fator essencial na análise desse documento, indispensável na abordagem em sala de aula, refere-se à tentativa de cerceamento da liberdade da testadora. Por meio do testamento, pode-se identificar a luta de Maria Correa para reaver seus bens, confiscados por um homem mediante uma acusação de demência. Em virtude desse aspecto, somado ao fato de a biografada ter comprado sua própria liberdade e de seu inventário conter ferramentas associadas aos seus

ofícios, a segunda aula desta sequência se dedicou a discutir como o Brasil foi forjado por mãos negras e a fragilidade dos libertos em meio a um regime escravista.

Discutiu-se também como a dependência de fontes cartorárias para a compreensão desse período impõe limites ao trabalho historiográfico. Por fim, o primeiro encontro encerrou-se com uma reflexão sobre a política de preservação documental: Quantos outros passados, semelhantes ao de Maria Correa, não foram silenciados pela escassez de registros variados? De que forma as hierarquias sociais da colônia legitimaram a salvaguarda da memória de determinados estamentos, relegando as populações marginalizadas ao esquecimento?

O segundo encontro buscou aprofundar o debate iniciado na sessão anterior, mobilizando a trajetória de Maria Correa para explorar as condições de liberdade, o mundo do trabalho e as formas de resistência no Brasil dos séculos XVIII e XIX. A aula teve início com a apresentação da fonte documental mencionada — a reprodução do testamento de Maria Correa —, com o propósito de demonstrar aos discentes os desafios relacionados à análise de um registro produzido há mais de dois séculos. Realizou-se uma leitura coletiva de trechos selecionados do documento, tanto na sua versão original como na sua versão transcrita. Desse modo, os estudantes compreenderam que tais fontes não chegam ao presente preservadas em um baú, mas sim registradas em suportes deteriorados e sob uma grafia antiga que demanda especialização técnica para sua leitura.

O testamento foi abordado como um instrumento de resistência acionado por Maria Correa em resposta à tentativa de cerceamento de sua autonomia. O processo movido por Gonçalo José Correa, bem como suas consequências materiais permanentes, serviu de fio condutor para demonstrar como o aparato jurídico atuava na fragilização da liberdade dos indivíduos forros. Essa discussão, ao evidenciar a vulnerabilidade com que sujeitos negros libertos eram desacreditados e submetidos à tutela legal, conduziu à abordagem mais ampla da precariedade estrutural da liberdade no Brasil setecentista e oitocentista, temática aprofundada a partir das contribuições teóricas de Sheila de Castro Faria (2025) e Sidney Chalhoub (2010).

Em seguida, abordaram-se os tipos de trabalho exercidos pela população negra, escravizada e livre, ao longo dos períodos colonial e imperial, evidenciado como toda a economia do país girava em torno dessa força de trabalho. Ademais, por meio de excertos do Censo de 1872 e das determinações legais atribuídas à polícia na época, debateu-se a condição social dos sujeitos negros. Para tanto, pontuaram-se as restrições à condição de cidadania previstas na

Constituição de 1824, segundo a qual os africanos necessitavam solicitar a naturalização para serem considerados cidadãos brasileiros. Buscou-se também, desconstruir a perspectiva historiográfica que qualifica a escravidão urbana como mais branda que a rural, utilizando de exemplo a violência com que o aparato policial do período imperial coagia os indivíduos forros, o que se refletia na necessidade constante destes comprovarem sua condição de liberdade.

Entretanto, destacou-se que esse sistema não foi aceito passivamente, manifestando-se tanto em casos de resistência individual cotidiana — a exemplo da trajetória de Maria Correa — quanto na luta coletiva de africanos livres e escravizados e seus descendentes. Neste último caso, foi feita uma análise, em sala, da Greve Negra de Salvador, na Bahia, em 1857. Essa paralisação configurou uma reação ao estabelecimento de códigos de postura elaborados pelo governo baiano para regulamentar os trabalhadores de ganho desde da Revolta dos Malês (REIS, 1993). Os grevistas paralisaram a capital por cerca de dez dias, afetando toda a lógica comercial e social de Salvador. A Revolução dos Ganhadores, como também é conhecida, é um exemplo ímpar da resistência negra frente às tentativas de limitação de sua liberdade, bem como da essencialidade deste trabalho para o funcionamento da sociedade.

A proposta da aula consistia em demonstrar que a alforria, embora juridicamente transformadora, não assegurava uma segurança material e social plena, tampouco a cidadania a esses indivíduos; além disso, ressaltar que a organização e a contestação política da população negra eram realidades mesmo em um sistema extremamente adverso. Enfim, foi apresentado aos discentes as ressonâncias da escravidão em Salvador, por meio da oposição entre Cidade Alta e Cidade Baixa, expressa na canção “Duas Cidades” (2016), da banda BaianaSystem.

Considerações finais

O percurso didático delineado, ancorado na biografia de Maria Correa, demonstrou o potencial das fontes históricas documentais, como o inventário e o testamento, para despertar o senso crítico e a complexidade historiográfica em estudantes do ensino básico. Ao confrontar as pré-concepções iniciais dos discentes com a realidade multifacetada de uma mulher preta, forra e detentora de patrimônio, o projeto não apenas validou a urgência em se debater raça, gênero e trabalho, mas também evidenciou a fragilidade da liberdade e a contínua luta por autonomia no Brasil escravista.

Ademais, a expansão do debate para além da experiência individual de Maria Correa — integrando dados estatísticos do Censo de 1872, as restrições jurídicas da Constituição de 1824 e o cenário de mobilização coletiva da Greve dos Ganhadores de 1857 — municiou as turmas com ferramentas analíticas para desmistificar narrativas revisionistas que tentam relativizar o horror da escravidão. A transição dessa análise conjuntural para o diálogo com as linguagens artísticas contemporâneas buscou demonstrar que as marcas do passado escravista não estão confinadas nos arquivos, mas reverberam diretamente na segregação socioespacial das cidades brasileiras, como evidenciado pela canção da banda BaianaSystem. Dessa forma, o fazer historiográfico foi experienciado em sala de aula no que tange à percepção das permanências históricas no tempo presente.

A experiência reforça, assim, que a história afro-brasileira e de gênero, quando trabalhada de forma lúdica, prática e reflexiva, constitui-se em uma ferramenta indispensável para combater estereótipos e para instigar a compreensão do ofício do historiador, revelando as lacunas e as hierarquias que moldaram o acesso e a preservação do passado. Assim, espera-se que esse relato de experiência inspire novas abordagens no Ensino de História reafirmando a escola como um lugar de disputa de memória e de formação de sujeitos conscientes das lacunas e hierarquias que historicamente moldaram a nossa sociedade.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o Ensino de História e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Amílcar A.; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que

Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114986.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, [S. l.], v. 14, n. 19, p. 33–62, 2011. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/315>. Acesso em: 14 jun. 2026.

DUAS CIDADES. Intérprete: BaianaSystem. Compositor: Russo Passapusso e SekoBass. In: Duas Cidades. Intérprete: BaianaSystem. Salvador: Máquina de Louco, 2016. *Youtube* (3:46 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7xm5L0unPt8>. Acesso em: 14 jun. 2026.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras**. As Pretas-Minas nas Cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). São Paulo: Cosac, 2025.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 14 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Negros. In: **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html>. Acesso em: 14 jun. 2026.

OLIVEIRA, Maria da Glória de Oliveira. Biografia, usos do passado e demandas identitárias. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo (org). **Em defesa do Ensino de História**: a democracia como valor. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2022.

PALERMO, Luis Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. **Dimensões, Rio de Janeiro**, n. 39, 2017.

SOUZA, Maria Eliza de Campos. Os Inventários de Dementes: Os processos de curadoria e a relação da Justiça Régia com a loucura nas Minas Gerais do Século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 01–32, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121615>. Acesso em: 14 jun. 2026.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1844.